

Vulgarização ou Pesquisa: as dificuldades dos sistemas “fechados” e os dilemas da formação na pós-graduação.

Vanilda Paiva¹

Lidamos, no mundo das idéias, com conceitos, noções, teorias que nem sempre (ou na maioria das vezes) ajudam a deslindar a meada que envolve e obscurece a realidade social. Na verdade, ultrapassar sua opacidade e captar o sentido dos fenômenos supõe explicações apoiadas sobre conceitos de elevado nível de generalidade. De maneira geral, a humanidade esta imersa no seu *entourage*, ocupada em sobreviver, cheia de problemas, ruminando ressentimentos, sem instrumentos intelectuais para transcender o vivido e passar a pensar sobre a estrutura social, econômica, cultural, sobre a sua economia psíquica e a dos que entram na sua vida, nos motivos próximos e distantes dos fenômenos. Por isso mesmo, a dominação de alguns homens sobre muitos nem sempre está apoiada sobre uma teoria abstrata fechada e coerente, mas numa *práxis* cujos supostos – crenças, mitos, costumes, relações sociais, religião e tudo o que constitui a sua consciência de si mesmo, dos demais e do mundo, ancorados sobre vivências do dia a dia e sobre tradições de grupo - são inúmeros e atingem todos os participantes do grupo social. Quando a teoria existe tudo se torna mais simples para quem exerce a dominação ou a contesta, mas os fatores que a teoria desvenda atuam e fazem o conjunto funcionar.

No seu início, a religião e a filosofia justificaram, por um lado, as estruturas existentes e buscaram explicar muitos aspectos da natureza humana e mesmo das sociedades. Mas é com a Revolução renascentista e com o progressivo desligamento das ciências naturais e com o pleno desabrochar das ciências sociais que explicações de forma mais sistemática serão buscadas e pensadas alternativas nos planos político e social. Certo, desde, ou antes, de Aristóteles tais questões preocupam os filósofos. Mas, os séculos XVII e XVIII são decisivos em tal processo: as transformações então sofridas obrigam à busca de esclarecimentos. Na maior parcela da história da humanidade, conceitos, idéias, noções, teorias dissimularam a realidade social e contribuíram para sua estabilidade. Por vezes são nascidas do senso comum, pois, como diria Aníbal Ponce (Ponce, 1964), nada distingue tanto um homem de outro homem que a educação. E esta, até revoluções recentes do setor, sempre foram privilégio da elite dominante, a única a poder buscar explicações para fenômenos complexos que exigem muitos dados e a poder, a partir deles, passar a níveis mais elevados de abstração. O peso da antropologia e a valorização do conhecimento popular a partir de uma difusa influência romântica são fenômenos mais recentes.

Se o capitalismo emerge de estruturas feudais decadentes por força do comércio e desemboca no capitalismo industrial há que buscar suas origens específicas – porque a acumulação primitiva alemã (o celeiro do mundo de então) pouco tem a ver com a inglesa (apoiada sobre o ouro das Américas e, principalmente do Brasil) ou belga (bem assentada sobre ouro do Congo), etc. – e o surgimento de tecnologia efetivamente útil à revolução industrial é um feito que combina descobertas de cientistas e de artesões talentosos que vivem num meio impregnado de experimentação científica a partir do

¹ Vanilda Paiva é professora aposentada da UFRJ e, nos últimos anos, foi professor visitante do PPFH/UERJ. Pesquisador Senior do CNPq.

século XVIII (Cohen, 2009: 75; Mokyr, 2002). Mas o econômico, o tecnológico e o comércio amplo não explicam tudo: há que entender a mudança de mentalidade que está por trás de tamanha mudança e para tanto os fatores subjetivos, as crenças, a religião, os temores, as idéias desempenharam e desempenham um papel que não é complementar, mas essencial a qualquer transformação. Umas supõem as outras e as sustentam.

Séculos inteiros foram necessários para superar não só o tipo de dinâmica do sistema medieval, mas para a colocação em questão das estruturas políticas pelo iluminismo francês, para explicações dos mecanismos de mudança econômica por ingleses e escoceses (Malthus, Adam Smith, Ricardo) e para o desenvolvimento de uma moralidade capitalista com David Hume até chegar à filosofia alemã de Kant. Se o iluminismo econômico vai possibilitar o trabalho de Marx como explicação e contestação econômico-moral do capitalismo industrial, a contestação do iluminismo filosófico vai deslanchar questões vitais que constituirão o cerne do *Sturm und Drang* e do posterior romantismo: contra Kant levantam-se imediatamente Hamman e Herder, dando origem a toda uma outra orientação que persiste até nossos dias. Opõem-se também idealismo e materialismo, tendo como figuras centrais Hegel e Marx. A fragmentação da intelectualidade em torno de teorias abrangentes enriquece o mundo, mas geram-se sistemas fechados que, plenos de sabedoria, não admitirão as verdades presentes em outras teorias e, muitas vezes, sequer permitirão sair da repetição e do jargão que permite identificar e integrar um grupo ou facção intelectual. Contra o idealismo e o materialismo ergue-se a monumental obra de Max Weber, ressaltando o papel das idéias e especialmente da religião, das crenças nos grandes câmbios sofridos pela humanidade. Mas, ao lado de tais gigantes, muitos são os membros de uma intelectualidade que se multiplica cada vez mais rapidamente, que desdobra idéias, noções, teorias de grande e médio porte em cada uma das áreas em que vão se desenvolvendo as ciências sociais, não raro deixando-se contaminar pelo senso comum.

A teorização de uma economia regida inteiramente pelo mercado e sua mão invisível aparece na segunda metade do século XVIII. Bem e mal, elementos centrais do pensamento anterior são deixados de lado como elementos morais sem importância ao pensar naquilo que conduz os homens a querer enriquecer. A tecnologia e a divisão do trabalho atuam no sentido de um enriquecimento sem fronteiras, enterrando (?) Malthus e sua “ciência sinistra” que fundara a economia moderna (Cohen, 2009: 66). Marx introduzirá o trabalhador no raciocínio da economia de mercado: a mais valia e a miséria do trabalhador são condições do lucro. O capitalismo, portanto, está apoiado sobre a exploração – não do trabalho – mas da força de trabalho; a tecnologia, indo sempre adiante como condição de progresso do capitalismo e substituindo força de trabalho, gera um crescente exército industrial de reserva, a deterioração das condições de vida da população pobre. A tecnologia libera a força de trabalho, trocando-a por *trabalho morto* e o trabalhador, não tendo a quem vender sua força de trabalho, nada ganha com a sua liberdade, nem o pão de cada dia. Na Alemanha dos anos 80 pesquisadores se davam conta de que para os trabalhadores era preferível produzir a mais valia eles mesmos, ao invés de transferi-la às máquinas. Mas, certamente a questão do trabalho industrial não esgota a questão em sociedades nas quais a força de trabalho se transfere massivamente ao terciário desde os anos 60 nos países mais ricos (Bell,).

O suposto é – para o capitalismo e para o socialismo, para a esquerda e para a direita - um progresso permanente, mesmo que ondulatório: *hacia arriba y hacia adelante*, como diziam na CEPAL. A grande expressão dessa convicção - que encontramos não apenas na CEPAL, mas nas esquerdas em geral – à direita, em forma

espantosamente radicalizada, talvez porque pretendesse ser um “manifesto não comunista” são *As etapas do desenvolvimento econômico* de Rostow (196..). Mas, uma vez passados os 30 gloriosos, retomamos à consciência de que progresso indefinido não existe nem é futuro certo, apesar de muitos setores que insistem nas velhas crenças. A história nem sempre caminha no sentido que se espera. Também regride ou entra por desvios, como mostra François Furet em seu magnífico livro *Le passé d'une illusion* (1975) e a humanidade precisa de crenças sobre as quais assentar a cabeça. Muitos ainda precisarão de tempo para ver que a idade de ouro da humanidade passou, que o futuro é risco e incerteza, luta cujos resultado raramente é o esperado. Na verdade, esta sempre foi a realidade da vida e do mundo, mas passamos 150 anos acreditando no poder de controle dos homens sobre a história e a segunda metade do século XX contribuiu para consolidar tal crença.

Ao longo do século XX foram feitos muitos esforços para explicar as crises do capitalismo e mesmo complementar as explicações de seu funcionamento. Não são meras repetições; são polêmicas, trabalhos teóricos plantados sobre a realidade vivida por vezes dramaticamente. É preciso explicar ainda muita coisa, seja no interior de sistemas teóricos fechados, seja através de tentativas de reconciliar abordagens dadas como inconciliáveis. Exagerando, poder-se-ia mesmo dizer que certo nível de ecletismo perdeu seu caráter “proibido” por razões teóricas, práticas e políticas. De modo geral, pretende-se uma ciência que não se submeta à militância, que não abdique de nada que mantenha atualidade, que não naturalize relações sociais e idéias, mas que busque explicar, complementar, ampliar a compreensão do mundo. A liberdade de pensamento é condição de qualquer ciência.

Os anos 60/70 foram de grande fertilidade no que concerne ao desenvolvimento do marxismo em aspectos pouco trabalhados por Marx, seja através de escritos menos colados aos seus próprios textos – seja de outros autores que repetem *ad infinitum* o já dito e que por isso, por vezes, sua leitura se torna quase que insuportável (como no caso de Mézaros, 1972; 2002). Em tais casos – como em todos os demais - é preciso situar quando e em que situação os textos foram escritos: uma tradução de 2002 na periferia, de um livro escrito nos anos 70 na Europa Central distorce completamente a leitura. Quando se crê, lê-se hoje como se fosse ontem – porque para a teoria o tempo não existe – tal como para a religião.

Mas houve também grande criatividade. Um exemplo de livro extremamente útil foi o de Ernest Mandel (1972), que aborda amplamente os mecanismos do capitalismo monopolista e a lei dos rendimentos decrescentes. O *sur-plus profit*, o lucro suplementar ao lucro médio se obtém pelo controle monopolista da tecnologia e da propaganda que difunde sua venda em massa. Isso nada tem de novo, mas certamente o tempo se comprimiu e a velocidade de difusão do segredo tecnológico e do surgimento de novas firmas de produção que fazem despencar tal lucro é cada vez menor. Tanto melhor para os consumidores!!! Uma vez ultrapassadas, muitas tecnologias não só não morrem, como servem para guiar o surgimento de novas e mais aperfeiçoadas; ela passam de umas classes para outras, com os mais ricos tendo acesso àquelas mais avançadas. Deveríamos querer tudo ao mesmo tempo para todos? Ater-se ao velho pode ser cômodo, mas é também a morte! Mas tudo novo para todos não é somente uma impossibilidade, é também uma perda no sentido de que o uso da tecnologia ultrapassada pode conduzir a novas possibilidades ou ampliar o mercado de trabalho. Melhor que ela seja lenta, passando de uma classe para outra, de uma região para outra.

Dos que trataram da situação da periferia, há vários que se destacam (Amin, 1970). Alguns penetraram ortodoxamente caminhos que não tinham saída, como Maurice Godelier (1970) com o “modo de produção asiático” - um erro de Marx quase tão grande quanto o tratamento que ele dispensa aos aborígenes da América. O caso mais dramático parece ter sido o de Georg Luckács que, tendo publicado em 1922 *História e Consciência de Classe*, brilhante livro desclassificado como historicista, passou a vida como filósofo do estalinismo e resolveu terminá-la com uma *Ontologia!!! do Ser Social*, sem conseguir manter seguidores em seu próprio círculo mais íntimo. Os brasileiros resolveram assumi-lo já no século XXI.

A questão das crises já está incluída na famosa fórmula da Marx: D – M – D!. Se o ciclo não se completa, ou seja, se a mercadoria não se vende, não se transforma em dinheiro + lucro, capaz de ser reinvestido num nível mais elevado: é a crise de superprodução. Seu bom funcionamento depende da inveja, do desejo de possuir a inovação que o outro já possuiu e da permanente capacidade de gastar. Kondratiev, deportado por Stalin por contrariar a DIAMAT, viu com clareza o movimento pendular da economia e mesmo que seus ciclos fossem muito rígidos, ele percebeu que existiam ciclos longos mais profundos e ciclos breves mais suaves que terminariam tendo correspondência com flutuações históricas (políticas, sociais, militares). O pêndulo da história não é apenas econômico: funciona em muitos planos da vida humana e social (cf. o historiador belga Henri Pirénné). Não se pode se otimista o tempo todo, querer comprar o tempo todo, os preços de todos os custos oscilam (explicando movimentos que podem ser seculares), as compras ser postergadas, a política muda de rumo e de expectativas, os humores mudam como em tudo e a curva vem abaixo. Defeito do capitalismo ou da natureza humana posta em rota? Mas, uma vez estabelecida a consciência da real prática dos regimes socialistas nos planos econômico (consumia-se aquilo que chegava às prateleiras, necessário ou não²), militar (não somente nos terríveis acontecimentos ligados à II Guerra Mundial, mas a aplicação de uma imensa porcentagem do PIB da URSS na guerra do Afeganistão, levando o país a uma terrível debilidade econômica cujo resultado se verá nos anos 90) e especialmente política (o desvelamento da barbárie estalinista, a virada maoísta e pós-maoísta, o apogeu da revolução cultural no Camboja) – não é possível deixar de celebrar Keynes e os Estado de Bem Estar Europeu nem 60 anos de paz e crescimento na Europa, ou evitar a celebração do crescimento em numerosos países periféricos e sua distribuição que, mesmo terrivelmente desigual, tirou milhões da fome e elevou outros milhões à classe média. De outro modo, nada vale nada senão a letra da lei da teoria “correta”.

Se consideramos os mecanismos básicos explicados resta esclarecer o que as pessoas ganham e o que elas perdem nos seus cursos de vida. Ao contrário do que por vezes se diz, o capitalismo não aumentou a miséria, a degradação e a desigualdade entre os trabalhadores: em muitos casos ele fez o contrário. Liberou as forças produtivas e tecnológicas e gerou um nível de riqueza só conhecida no Império Romano escravista. Mas, quem se deu ao trabalho de ler os grandes historiadores dos períodos anteriores, por ex. Brunschwig, Lucien Fèbvre, Braudel, Marc Bloch e tantos outros, citando aqui apenas nomes considerados “na linha”? Quem se deu ao trabalho de comparar diferentes

² Nos anos 70 visitei na Tcheco-eslováquia a Moreno, fundador do PCB, ex-anarquista que fez a guerra da Espanha e que saía de casa invariavelmente com sua bolsinha de compras. Eu lhe perguntei por que e recebi a seguinte resposta: os tchecos fizeram a opção de começar a trabalhar bem cedo até as 14hs. Depois estão livres para poder entrar nas filas de compras. Todos saem de casa com a bolsa e entram na fila que vêem. Podem ser livros, carne, o que for. Compra-se porque depois não há, mesmo que a necessidade não seja imediata.

momentos? Nos dias de hoje, não é por falta de estudos detalhados nos mais diversos países, ontem e hoje. O escravismo atravessou muitos séculos (até 1888 no Brasil), mas conviveu e convive com a servidão, mesmo na Europa em tempos nada remotos. Mas, em geral repete-se o que Marx disse no século XIX sem uma palavra sobre os imensos passos dados pelos estudos históricos nos últimos 150 anos – e, por que não dizer, dos numerosos estudos sobre a condição operária que tem nos *livrinhos azuis*, que Marx soube usar como bases empírica, seus predecessores, independente da vontade dos inspetores de fábricas ingleses; é certo que o capitalismo manchesteriano (e hoje chinês) provocou a expulsão dos campos e a perda dos instrumentos de trabalho dos artesãos, desorganizando a economia agrária, impondo a migração para as cidades, condições miseráveis de higiene e habitação e outras mazelas. Mas houve e há muita miséria no campo, maior ou menor dependendo da época, das condições geográficas e climáticas, da região, do momento histórico. O nível de vida se elevou pouco a pouco com o desenvolvimento da indústria e, nos anos 70, tornou-se incontornável pagar melhores salários e importar trabalhadores nos países fortemente industriais. Hoje, nos casos extremos de “modernidade” ele os excluiu do seu âmbito, seja como força de trabalho ou como diz Robert Castel () como supranumerários, seja como consumidores; mas, precisando deles neste plano, os países ricos principalmente introduziram salários mínimos de “inserção” (no consumo) e deixaram que eles fizessem o que conseguissem no trabalho espontâneo; infelizmente tem-se descoberto que não raro, a nova liberdade leva muitos à depressão e à desgraça. Não é o caso de países como o Brasil, onde há que deplorar a tendência a liquidar políticas universais, mas onde políticas tópicas de “inserção” tem reduzido a fome e a pobreza profunda. É a contradição – do capitalismo, da vida, dos humanos. Já entre os “inseridos” como força de trabalho a atividade se intensificou, os salários e horários se degradaram, a exploração aumentou...

Pensar que o capitalismo industrial estaria no fim (ao menos no que concerne ao volume de força de trabalho empregada) era não contar com a China e a Índia, com seus formidáveis exércitos (reais e potenciais) industriais de reserva, países que decidiram não “pular o capitalismo”, expressão moralista dos populistas russos depois de terem lido *O Capital* de Marx, que teve no russo sua primeira tradução. Mas a mundialização do capital ou, como muitos preferem, sua globalização³, sua capacidade de atuar em tempo real em bolsas que abrem num lado do mundo e fecham do outro, mantendo-se parcialmente abertas e fechadas em outros tantos, ampliou a dominância do capitalismo financeiro e estimulou a especulação.

O capitalismo quebrou a estagnação e deu lugar a uma moralidade específica – mas economizar para produzir e ampliar o consumo são princípios que já não atendem o esquema de funcionamento do capitalismo. A moralidade capitalista que, em muitos casos, assumiu formas pietistas altamente favoráveis a um tipo de acumulação no tempo em que ela era necessária àquele modo de produção, é cada vez menos eficiente e cada vez mais se esfuma. Por que razões? A acumulação de hoje é, até certo ponto, uma outra acumulação e aspectos daquela moralidade passaram a entravar ao invés de facilitar o caminho do capitalismo; o consumo de massa e mesmo suntuário entraram no

³ Há que utilize somente a primeira expressão porque Marx a utilizou – globalização seria “neo-liberal” ou *novlangue*. A questão é que a tecnologia mudou muito em 150 anos e o globo passou a ser acessado via computadores e o capital muda de mãos ou de destino em segundos. Talvez uma boa discussão sobre as implicações dos dois conceitos esteja faltando para que não se tornem apenas jargões identificadores de grupos. Usa-se globalização até porque existem fenômenos novos e o capital está mundializado há séculos!

lugar da pequena e média poupança, o que indica o volume de riqueza atingida. As crises financeiras são produto dos ciclos, mas também da quebra de algumas daquelas regras básicas de moralidade no mundo dos negócios – mais concretamente, da especulação. Sair delas parece mais fácil ao mundo – verdade a ser comprovado empiricamente - do que escapar (ou adaptar) às futuras necessidades de recursos naturais necessários à elevação da vida das massas dos BRICS. O pessimismo de Claude Levi-Strauss na sua última entrevista não mencionava nenhum outro fator: o planeta não dispõe de recursos para manter, no nível de vida dos países hoje desenvolvidos, o número de pessoas que nasceram e que, graças à ciência e à tecnologia, sobreviveram no século XX. Visto globalmente, o capitalismo é, no momento, com crise ou sem crise, paradoxalmente a principal vítima de seu sucesso... tal como o Estado de Bem Estar⁴.

Keynes/Beveridge foram capazes de propor a saída da crise em meio e após as contradições da guerra. Mas a crise do petróleo de 1973 gerou um fenômeno novo: alta demanda com queda da oferta, gerando inflação e desemprego. Os economistas de Chicago culpam o Estado de Bem Estar. A entrada da tecnologia na vida cotidiana e nas empresas, modificando a maneira de produzir, reduzindo os empregos, eliminando o emprego estável e a carreira, (re)introduzem a “sociedade do risco” (Beck, 1986) e são ponto de partida para uma “segunda modernidade”⁵. Um novo “espírito do capitalismo” entra em vigor: carreiras e salários são indexados pela bolsa, firmas sem trabalhadores e sem fábricas surgem da coleta de pequenos recursos privados administrados por bancos cada vez mais tentaculares e mais poderosos, empréstimos sem base segura pululam por todo lado. O consumo e o endividamento crescem velozmente. Tal irracionalismo em nada invalida a análise do capitalismo industrial de Marx e, surpresa!! joga por terra a racionalidade weberiana atribuída ao sistema. Na hora da verdade, é a crise de superprodução – abrandada por teorias administrativas da produção nas últimas décadas como o *just in time* ou o *toyotismo* - e a redução da capacidade de pagamento de todos. É a vitória do irracionalismo que, uma vez tendo explodido em outubro de 2008, vai lançar os Estados – se as forças em jogo o permitirem - á busca de uma solução racional e intervencionista, talvez neo-keynesiana. Os BRICS, tornam-se, a tábua de salvação provisória do sistema.

Que nos encontramos num momento de profunda mudança no que concerne à hegemonia americana não há quem conteste (Wallerstein, 2010). A hegemonia está se deslocando para a Ásia “colando” capitalismo manchesteriano, autoritarismo de origem comunista, despotismo oriental e nacionalismo histórico apoiado em bases seculares. Não há ninguém em sã consciência que possa evitar uma mais ampla pesquisa do capitalismo americano e no resto do mundo, do que serão as lutas – mais sérias, mais fortes – das classes sociais americanas e do surgimento de movimentos e revoltas. O que precisa também estar em pauta são as alternativas. Já dizia Marx que não há nada mais autoritário que uma revolução e já vimos seus resultados. Que caminhos intermediários podem existir para se chegar a um socialismo democrático de face humana? A história não nos deixa lições muito otimistas e as forças em luta são muito

⁴ A expressão foi usada diversas vezes por Albert Hirschmann. No entanto, o sucesso do Estado de Bem Estar mostra-se na diversificação e sofisticação de demandas que, satisfeitas, passam a outro nível. No plano da saúde, onde os custos se elevaram exponencialmente, tal sucesso gerou um problema de financiamento importante e existe uma ampla bibliografia sobre a questão, especialmente nos países escandinavos.

⁵ Beck, Giddens e Lash conduzem há décadas uma coleção denominada Segunda Modernidade na Editora Suhrkamp, Frankfurt/M.

poderosas. Quantos intelectuais “orgânicos” estão dispostos a deixar seus gabinetes e pagar o preço de uma revolução? Quantos poderão sobreviver ao turbilhão que termina no controle das idéias? Quantos esperam apenas uma oportunidade para deixar frutificar tendências despóticas! Quantos são membros de um partido de quadros e conhecem verdadeiramente o que é a vida política e partidária? Lembro-me que, nos anos 60, Raul Castro fazia a crítica literária correta! Quem terá feito a contabilidade dos ganhos e perdas para cada classe social de uma revolução armada. Eram pobres os 20 milhões de mortos na Grande Fome dos anos 20. Ninguém conseguiu evitar uma Nomenklatura que se reproduzia colocando seus filhos nas melhores escolas. E, em menor escala em muitos países, em grande escala nos países socialistas, sua elite, sua Nomenklatura se transformou em empresariado capitalista. Não deixa de ser sua lógica, porque são pessoas que possuem conhecimentos e informações, independentemente da ideologia; num certo nível isto também ocorreu no Brasil, onde muito bons quadros foram formados pelo PCB ao longo de décadas e que, uma vez liquidado o partido, trataram de dedicar-se a assessorias e a empreender em diferentes setores.

Mas, retornando à formação pós-graduada, não se trata apenas, na formação de professores e de intelectuais, de entender o capitalismo – e para isso, evidentemente, os instrumentos do marxismo são fundamentais. Trata-se de entender o mundo, de ter em mãos ou aos olhos tudo o que de importante se escreveu para poder pensar, pesquisar, escrever e dar sua contribuição – é do seu conjunto que pode surgir mais luz sobre aspectos específicos e mesmo sobre o todo. Não se trata apenas de conhecer os mecanismos do capitalismo. Trata-se de conhecer formas de transição, de avaliar o peso de inúmeros fatores, de evitar o despotismo, o controle das idéias, o direito à circulação e à integridade física. Pode ser até que seja certa a determinação em última instância do econômico, mas entre ela e a realidade vivida pelos povos há uma imensa quantidade de fatores relevantes e atuantes, além da certeza de que nem tudo é controlável. É preciso ser capaz de pensar além da determinação econômica – e além da teoria da vanguarda...encontrar o difícil caminho entre socialismo e liberdade.

Novlangue: nazismo, comunismo e capitalismo *fin de siècle*?

Paralelamente, a revolução na tecnologia e na administração das empresas dão lugar a uma nova realidade e colocam em uso um vocabulário que nada tem de novo, mas que passa a ocupar um lugar de destaque na discussão. Na maior parte dos casos, não são conceitos explicativos mas noções operacionais, saídas da utilização das novas tecnologias, das novas formas de administração, com baixo nível de generalidade e abstração. Na maior parte dos casos, não podem ser comparáveis a conceitos maiores como os utilizados por Marx, por Weber, por Schumpeter, por Kondratieff e por pensadores preocupados com a explicação da realidade. São noções que nascem da prática e se aplicam a ela de maneira específica e restrita. Há entre elas, por certo, conceitos de médio porte, como no exemplo do “capital humano”, ao qual retornaremos mais adiante.

O problema está em juntar todos estas noções, conceitos, categorias num único pote, denominado *Novlangue*. Afinal, o que é a *Novlangue*? É uma criação de George Orwell em seu livro 1984 (possivelmente escrito em 1948) e seu colega Syme explica seu objetivo: «Vocês não vêem que o verdadeiro objetivo da *Novlangue* é restringir os limites do pensamento? No final será literalmente impossível o crime de pensar porque não existirão palavras para exprimi-lo.» 250 tipo de palavras seriam as mais empregadas pela mídia e pela elite dirigente com tal objetivo: palavras enganosas, que

mudaram de sentido e que significam muitas vezes o contrário do que exprimiam antes; palavras subliminais, utilizadas para produzir efeitos de repulsão ou de aprovação no receptor; palavras fortes, que exprimem a ideologia dominante ; palavras tabu, que a ideologia dominante se esforça por suprimir; palavras que sideram e que visam desqualificar os adversários. Não poderia ser também o caso da palavra *Novlangue*, ao vermos modificado de 180 graus o seu sentido?

Entre os livros mais importantes de Eric Arthur Blair (George Orwell - 1903/1950) está *1984* e *A Fazenda dos Animais*, obras em que se vê seu engajamento e suas idéias contra o imperialismo, pela justiça social e contra os totalitarismos nazista e soviético. *1984* é um romance de ciência-ficção que se passa num país imaginário – a Oceania, situada entre a Estásia e a Eurásia - no qual domina um totalitarismo absoluto do *Big Brother*. As patrulhas controlam as janelas das casas, mas o mais importante, é o controle do pensamento, dos espíritos, da memória, da verdade, da história. Para tanto, o Partido Único reduz o número de palavras e introduz uma ginástica mental denominada pensamento duplo, que faz co-existir a verdade e seu contrário. *É a Novlangue*, que serve a essa mistura de fascismo e comunismo, em que domina o medo e a cólera. Ela é feita de categorias nascidas do senso comum ou surgidas nas camadas técnicas pouco conscientes e politizadas e mais freqüentemente no próprio Partido Único.

Dando uma reviravolta no significado da *Novlangue*, (talvez pelo pensamento duplo) são a ela atribuídas hoje toda uma série de noções, idéias, categorias que evadiriam a violência e os fundamentos do sistema capitalista. A caracterização deste vocabulário como *Novlangue* foi buscada em Bourdieu/Wacquant, 2000⁶ e encontra ali sua legitimação teórica – porque para isso servem, em muitos casos, as citações – mas aqueles autores não citam os mesmos termos, salvo globalização e empregabilidade. Eles indicam flexibilidade, governabilidade, underclass, exclusão, nova economia, tolerância zero, comunitarismo, multiculturalismo e seus primos pós-modernos, etnicidade, identidade, fragmentação, etc., A eles o autor brasileiro adicionou inclusão, competências, globalização, sociedade tecnológica, qualidade total, empreendedorismo, capital humano, equidade, capital social, sociedade do conhecimento, trabalho flexível, direitos flexíveis, pedagogia das competências. Acrescentaríamos também "sociedade superior" (Marcio Pochmann – FSM)?

Este “vocabulário aparentemente sem origem” !!!!! teria, na verdade, um papel central na reprodução das relações capitalistas no seu estágio atual, sendo que as noções de inclusão e empregabilidade condensariam o sentido desta *novlangue*. Dela estariam excluídos conceitos como capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade (algumas das poucas palavras que escapariam a uma *Novlangue* totalitária, - fascista ou comunista na origem, mas transformada em “neo-liberal” capitalista), e tantos vocábulos “decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência”: esta exclusão seria produto de um imperialismo apropriadamente simbólico e de uma suposta modernização. A nova linguagem (verdadeiros-falsos conceitos) serviria a empresários, organismos internacionais e nacionais, partidos políticos, etc. e também a produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas – e que,

⁶ Lembremo-nos que em 2000 Bourdieu já se encontrava muito doente e que o artigo deve ser atribuído principalmente a Wacquant. Como ele o assina, muitos estarão em desacordo comigo. Mas, tendo a experiência de escrever um texto em tais condições algo conheço de tais situações, embora – no meu caso – eu tenha me mantido estritamente nos limites do que a pessoa queria dizer e já não conseguia escrever. Mas, concordar em assinar algo escrito por outro, principalmente *in extremis* todos sabemos que é corrente no meio acadêmico.

se utilizam ao mesmo tempo os “conceitos revogados”, o fariam ilegitimamente. Ou seja, nada de misturar as línguas! Quem se colocar a favor das classes sociais desfavorecidas ou quiser analisar estruturas de dominação fica proibido de utilizar qualquer noção ou conceito que não tenha recebido a bênção da Diamat.

Antes de entrar na questão do conteúdo da *Novlangue* os autores legitimadores merecem uma palavra. Loïc Wacquant fez seu doutoramento com Pierre Bourdieu e escreveu sobre sua obra; é um intelectual conhecido e altamente polêmico. Faz sua carreira nos Estados Unidos e à época do artigo no *Monde Diplomatique*, onde escreveu durante 10 anos, devia possuir boas relações entre os trotkistas que – há muito – dominam esta parte do jornal. Não era o caso de Bourdieu, à época já muito doente e cuja obra é marcada pelo marxismo, por Durkheim e por Max Weber. Analisando melhor o artigo vê-se que seu conteúdo corresponde às preocupações e temas de Wacquant (vida urbana americana, exclusão dos negros, violência, etc). Ele critica vários autores⁷ para denunciar o “moralismo empirista” da sociologia americana e aqueles lamentam a violência excessiva dos ataques, a deformação de seus textos, o truncamento de citações que os faz dizer o contrário do que pretendiam e denunciam o “*bias* ideológico” da sua análise, a leitura moralizante dos dados factuais que contradizem suas teses e a ausência de pesquisa sobre os domínios dos quais tratam os livros que ele critica.

Retornemos, porém, à grande lista do “vocabulário sem origem”. Aqui estão misturadas noções, conceitos muito antigos com termos novos, gerados para indicar fenômenos que surgiram tardiamente no capitalismo. Governabilidade, por exemplo, é antiqüíssimo – um termo que se refere às condições de exercer um governo. Passou a ser usado mais frequentemente a partir dos anos 70 e o derivado *Governance* dá um pragmático nome ao curso de Ciência Política nos países de língua inglesa, como convém àquela tradição cultural. Capital social usa-se por analogia a capital cultural – conceito caro a Bourdieu - para designar laços familiares, relações, amizades que podem ser decisivas na obtenção de posições seja na vida do trabalho ou em qualquer outro campo. Tolerância zero apareceu no vocabulário em função da política do prefeito de Nova York no combate à violência, tema de grande importância no trabalho de Wacquant. Sociedade tecnológica e sociedade do conhecimento são conceitos do mundo atual, no qual a geração de tecnologia e do conhecimento multiplicou-se de tal maneira que não é possível apreender senão uma pequena parcela daquilo que hoje se conhece ou do que se transforma em tecnologia; este mundo difere profundamente daquele de 50 anos atrás e, na verdade, dele sabemos muito pouco – não é possível obter facilmente uma visão de conjunto dos conhecimentos disponíveis, nem das possibilidades que abre à tecnologia. O que se pode dizer é que vivemos num mundo que exige sempre maiores conhecimentos do homem comum – gerais, teóricos, específicos e tecnológicos.

A questão das competências entrou em cena ainda nos anos 80 quando o volume de diplomas se multiplicou, os computadores começaram a restringir o número de empregos em alguns países: a qualificação atestada pelos diplomas deixou de ser suficiente, era preciso saber o que cada um sabia e podia fazer. Daí a tornar-se política de Estado o passo não foi tão grande – afinal, é mais barato oferecer uma ou mais competências específicas do que uma qualificação ampla. Neste caso, no entanto, estamos diante de uma questão em relação à qual existe cada vez menos consenso entre a intelectualidade e, em relação à qual, não poucos mudaram de posição. Nem me atrevo a citar brasileiros, mas é o caso de Zarifian (1998) na França e de Altvater na

⁷ Elijah Anderson, Michell Duneier et Katherine Newman

Alemanha. Deveríamos, no mínimo, recuperar os argumentos para poder dizer alguma coisa.

A “gama” flexível resulta das transformações introduzidas pela informática e pela administração: trabalho em casa, horário desregulamentado, perda de direitos ligados ao trabalho com local e horário definidos: são noções empíricas! Quanto à fragmentação ela está ligada à flexibilidade, mas é mais ampla e é vivida por todos nós no dia a dia. Os alemães se deram conta dela no final dos anos 70/ início dos anos 80⁸, mas de lá para cá ela tem se ampliado no campo do trabalho, multiplicando tarefas e – pior que isso – picotado a vida privada. A dificuldade em reconhecer a realidade da fragmentação pode estar ligada ao desejo de considerar a noção como um conceito ou ser uma resposta aos que, desde os anos 80, vem insistindo na impossibilidade de interpretar, nos dias de hoje, de um só golpe (ou de uma só teoria) a totalidade social – atingindo, evidentemente, o marxismo.

Já o empreendedorismo faz parte do vocabulário econômico desde há muito – Schumpeter que o diga. A diferença nos últimos tempos é que tem havido uma verdadeira onda pedagógica que pretende “ensinar” a empreender ou gerar condições psicológicas para tanto. Na periferia esta não é uma tarefa com muito sentido: por ausência de empregos, por necessidade ou por razões culturais cada qual quer ter o seu próprio negócio, ser independente, não ser escravo de ninguém. Mas o temor à restrição do mercado de trabalho, sua desregulação, o crescimento das aglomerações urbanas, a amplitude do mercado informal e as ambições da fiscalidade, tem conduzido a iniciativas que deveriam minimizar os efeitos da restrição do mercado primário de trabalho e a redução dos Estados, cujos sistemas de proteção social – ao murcharem – reduzem o emprego público. Um Estado forte e amplo é desejável e para manter-se protetor precisa de muita gente. E o emprego público e seguro é o ideal das pessoas: todo o problema está no baixo nível de produtividade que gerou nos países socialistas!!! Mas esta é uma longa e complicada discussão... Sempre recomendo em tais questões, mesmo que não tratadas diretamente, o magnífico artigo do Habermas (Novos Estudos CEBRAP,.....), que deve ser lido ao mesmo tempo com a ampla literatura que dá conta das razões não políticas e não econômicas pelas quais as políticas universais lamentavelmente se restringiram e os programas para grupos específicos conduzidos pelo próprio Estado ou por ONGs pulularam e pululam por toda parte⁹.

Etnicidade, multiculturalismo, identidade não são problemas norte-americanos transferidos para a Europa. Além da diversidade de culturas ser “co-extensiva à história da humanidade” os problemas atuais resultam, em muitos países, do colonialismo, das guerras coloniais, do estímulo à imigração de força de trabalho barata e colocam questões muito complexas que não podem ser tratadas em 4 palavras. Entre seus muitos erros e acertos, há que louvar a Mao-tse-tung: “quem não fez pesquisa (de campo) não tem direito à palavra!”. Já no caso da violência – um fenômeno milenar - há uma tal quantidade de literatura, que tudo que se diga fica curto¹⁰.

Já no que concerne aos conceitos centrais de *Inclusão e Empregabilidade* pode-se dizer muito – ou pouco.. Inclusão é um conceito que já nasceu colado ao seu oposto: a exclusão. Em países ricos, com pleno emprego e Estado forte a exclusão gerada nos

⁸ Espelhada na imensa produção do Soziologische Forschungsinstitut (SOFI) de Gottingen.

⁹ No caso brasileiro levantamentos dos anos 80 mostram a existência de cerca de 200 ONGs. Elas se multiplicaram e se tornaram milhares, de acordo com o modelo americano, já nem sempre corretas e confiáveis como as anteriores, nos anos 90 - quando se pretendeu impor, num país onde não se pode dizer que possuísse um Estado Mollock, o Estado mínimo.

¹⁰ Não existe apenas uma imensa bibliografia sobre o tema, mas livros imensos que congregam o que há de melhor no campo. Veja-se, por exemplo, Heitmeyer, 2002.

últimos 30 anos, seja pela tecnologia, seja pela redução do Estado gerou “políticas de Inclusão” tópicas – freqüentemente copiadas pela periferia, onde a exclusão do emprego formal é endêmica. São noções colocadas em circulação pela economia: trata-se de Exclusão-Inclusão do mercado de trabalho (e do consumo). De resto, esta díade funciona na vida corrente em quase tudo. Não se pode estar incluído ou excluído de tudo, salvo na morte. Claro que pode-se tentar incluir ou excluir de tudo – até o limite de *Buchenwald* ou de algum Gulag – mas nem sempre funciona. No entanto, não são conceitos do capitalismo. A própria vida é precária e instável; que podemos dizer do emprego, que podemos dizer da “modernização”, do capitalismo, do socialismo, da história? Grande parte da história da humanidade esteve calcada sobre a escravidão, incluindo a maior acumulação já vista antes do século XX: o Império Romano. Grande parte dela se apoiou sobre a servidão. É o capitalismo que cria as novas relações de trabalho, que traz em seu bojo contradições que possibilitam as lutas e o sindicalismo em sua fase industrial. Liberou forças produtivas, invenções, os próprios trabalhadores, mas nunca houve “direito ao emprego”: houve aprisionamento ao campo, modernamente houve situações de pleno emprego, geradas por políticas específicas (como o keynesianismo) que também possibilitou outros direitos sociais. É a isso que chamo de “época de ouro da humanidade”: ela resulta de conflitos nada dourados e começa a terminar com a crise de 1973. Seu lança chamas simbólico chama-se Margaret Thatcher.

Mas, retornemos a nossos termos. Uma pessoa é empregável quando apresenta características “necessárias à extração da mais valia” – seja força física, seja beleza e elegância para que os desfiles vendam os novos tecidos gerados pelas novas tecnologias que circularão pelo mundo globalizado, promovendo grandes lucros. Salvo casos de nepotismo e corrupção não se emprega para não ter lucro. A empregabilidade de uma pessoa depende, ou seja, a sua probabilidade de encontrar um emprego – no geral - de sua saúde física e de sua educação, embora dotes como beleza, simpatia, vivacidade, inteligência perceptível, facilitem a obtenção de um emprego se o perfil coincide de forma aproximativa daquele buscado para a função. Em síntese, depende do seu “capital humano” – cuja discussão veremos em seguida – e que já não é a mesma de 30 anos atrás.

As chances de empregar-se modificaram-se muito nas últimas décadas. Hoje o que se vende é muito mais que educação e saúde; são virtudes pessoais cada vez mais específicas, conhecimentos diversos nem sempre dependentes de aprendizagem sistemática, atitudes, disposições sócio-motivacionais, o tempo sem limites, mobilidade, disposição de identificar-se com o empregador: vende-se a pessoa inteira cujo “capital humano,” descobre-se, ultrapassa de muito os planos da educação e da saúde.

Mas, vale a pena reafirmar que as noções de inclusão e de empregabilidade não obscurecem o que produz a crise mais profunda e universal do sistema capitalista (indicados como hipertrofia do capital especulativo, desemprego estrutural e precarização das condições de trabalho): além de ser cíclica, ela tem a ver com a tecnologia, com a quebra dos padrões de moralidade propriamente capitalistas e com a crescente influência sobre os mecanismos de controle dos Estados, com seu enfraquecimento e com a maior intransparência gerada pelo caráter mundial da circulação do capital. O desemprego estrutural deixou de ser um traço apenas da periferia por força do desenvolvimento da tecnologia, tal como a precarização das condições de trabalho.

1. A noção de capital humano

A noção de Capital Humano (saúde e educação) pode ter dado o Prêmio Nobel a Theodore Schultz, mas – como creio ter mostrado, com a ajuda da André Gorz – não apenas Adam Smith já o utilizava, mas que Marx também o usa, ao menos nos *Grundrisse*. Ele não se inscreve nem na crença do pleno emprego nem da integração na sociedade contratual, mas na tentativa de explicação da *black box* do desenvolvimento, que ultrapassava o somatório do “capital fixo” (maquinária) + “capital variável” (salários). A medição de seu valor, tal como proposta em meados do século XX através dos salários, perdeu muito do seu sentido - em parte pela conjunção abundância de diplomas *plus* contração do assalariamento.

Faço aqui algo que não é parte dos meus hábitos: repito alguns argumentos já anteriormente utilizados porque suponho que foram pouco lidos (Paiva, 2001). Nos diz J. Gerschuny (2000: 85-86), um dos intelectuais de maior prestígio do século XX, mas nem sempre considerado “politicamente correto”, algo que – mesmo se se inspira em Marx - poderia conduzir à “errônea” noção de “sociedade do conhecimento”:

O capital atual de uma empresa é consequência de seu comportamento prévio... Habilidades atuais, experiência, qualificações e conexões sociais constituem o capital humano economicamente relevante do indivíduo e determina suas opções de atividade econômica. Estas são, elas mesmas, consequência do comportamento anterior. Conseguir um emprego, passar numa prova, dá acesso a um leque de oportunidades e o comportamento prévio é consequência de detenção de capital econômico (um emprego anterior) ou social (ex. rede pessoal de amigos e conhecidos) , cultural (informações culturais absorvidas ao longo da vida) ou ainda educacional, adquirido através da escolaridade... aqui o termo “capital” não é mais uma metáfora ... enquanto o capital perde valor com o uso, o “capital humano” ganha...

O maior “capital humano” teria se tornado o intelecto, idéia que enquadra de outra maneira a discussão. André Gorz (1997) já havia recuperado fórmulas na área marxista que abalam o preconceito contra a expressão. Ele relembra a anti-humanista “fórmula de Stalin” de que “o homem é o capital mais precioso” !!! (Ibidem, p.18) e redescobre na página 599 dos *Grundrisse* a seguinte citação (Ibidem, p. 151):

o tempo livre...pode ser considerado, do ponto de vista do processo de produção imediata, como produção de capital fixo, sendo este capital fixo o próprio homem. ... Onde o homem difere do capital fixo é no fato de que seu objetivo é enriquecer sua vida e não fazer crescer a capacidade produtiva, mas uma leva cada vez mais à outra¹¹.

O próprio Marx aceita a idéia de que o homem pode ser visto como capital fixo encarnado, ou seja, em sua forma humana. No entanto, o conceito de capital humano vinculado à educação foi, praticamente, ultrapassado por duas razões já aqui aventadas: a disponibilidade de força de trabalho educada, propiciada pela Revolução Educacional da segunda metade do século XX e as características desta nova era capitalista (Paiva/Calheiros, 2001). Nela está à venda “toda a pessoa” (Gorz, 1997:75), ou seja, há

¹¹ O trecho original de Marx na edição da *Europäische Verlagsanstalt*, entre as linhas 24 e 29, (sem o grifo que aparece na citação de Gorz) é o seguinte: *Die Ersparung von Arbeitszeit gleich vermehren der freien Zeit. d.h. Zeit für die volle Entwicklung des Individuums, die selbst wieder als die grösse Produktivkraft zurückwirkt auf die Produktivkraft der Arbeit. Sie kann vom Standpunkt des unmittelbaren Produktionsprozesses aus betrachtet werden als Produktion von capital fixe; dies capital fixe being man himself.*

um “mercado da personalidade”, uma “mercadoria que trabalha” e que precisa saber se vender, adquirir, “a disponibilidade ilimitada aos ajustes, mutações, imprevistos, etc” (Ibidem, p.77).

Este inesperado realismo o leva a rejeitar a idéia de que, nos dias que correm, o trabalhador deixaria de se submeter a constrangimentos de ordem exterior, seguindo a auto-determinação interna que passaria a definir as possibilidades e as razões da ação produtiva. Diz ele:

Na base deste delírio teórico, cuja influência no meio marxista não é negligenciável, encontramos sempre o postulado implícito de que a autonomia do trabalho engendra ela mesma a exigência e a capacidade do trabalhador... a exercer a sua autonomia. Isto, evidentemente, não é nada: a autonomia no trabalho é muito pouco na ausência de uma autonomia cultural, moral e política que a prolonga e que não nasce da própria cooperação produtiva, mas da atividade militante e da cultura da insubmissão, da rebelião, da fraternidade, do livre debate, da colocação radical em questão e da dissidência que ela produz (Ibidem, p.72.)

Vemos hoje, em especial nos países com elevado nível de proteção social que aqueles que caem no desemprego, mas não na miséria, raramente criam algo porque a ausência de determinação externa ou grupal da atividade mostra-se como essencial à integração humana e sua individualização. Isso o levou a uma *boutade* inesquecível e verdadeira para o futuro da humanidade: *quem não trabalha também comerá*. Mas comer não é suficiente ao homem e, reconhecendo que entre preconceitos e “delírios teóricos” oscila boa parte da vida intelectual, é nossa função pensar o seu “capital” com maior lucidez.

3. Ciências Sociais: vulgarização ou busca da verdade?

A amplitude das noções ou categorias indicadas deixa-nos diante de uma situação em que a pesquisa se vê censurada por uma vulgata na qual fomos socializados nos anos 60. Qual seria, então, a tarefa do intelectual, do pesquisador, do professor, do homem de cultura? Segundo entendi, a pesquisa, a cultura, o ensino não pretendem descobertas originais, mas difundir o já descoberto..... Se nossos mentores pensassem assim, não teriam feito nada. Este imobilismo repetidor de uma ortodoxia, conhecemos bem. Pensar, usar categorias distintas daquelas do poder, sempre foi perigoso, embora o poder faça escolhas que surpreendem nossa ingenuidade. Um exemplo: nos anos 70 fiquei muito impressionada com o fato de que, ainda em plena influência da DIAMAT no Ocidente, a sociologia praticada nos países socialistas fosse funcionalista, mais concretamente apoiada sobre Parsons. A sociologia marxista só trazia problemas aos governos do Leste Europeu...

Permito-me recorrer a Horkheimer na Introdução à republicação, em abril de 1968, de *Teoria tradicional e teoria crítica* (1937) que

“o socialismo... nos países da Diamat perverteu-se há muito em instrumento de manipulação” e ainda que “os ensinamentos de Marx e Engels, indispensáveis à compreensão da dinâmica social, não são suficientes para a compreensão do desenvolvimento interno e das relações externas das Nações”.

“Toda teoria é sempre hipótese e a ação coletiva dos homens na sociedade é a forma de existência de sua razão. Os fatos, por sua vez, são socialmente pré-formatados tanto pelo caráter social do objeto percebido

quanto daquele que percebe: é a atividade humana que os cria e modifica. A idéia de perenidade leva ao dogmatismo quando, na verdade, as transformações históricas provocam mudanças nas relações da esfera cultural e podem modificar as relações entre economia e política em favor da última (Horkheimer, Nachtrag 1937).

Trata-se, definitivamente, de um pensamento que – reafirmando a validade do pensamento marxista no plano da economia política - recolhe outras tradições e contribuições para manter uma *postura crítica*. O objeto desta crítica é, em primeiro plano, o autoritarismo. Os frankfurtianos, aceitando como verdadeira a análise de Marx do capitalismo, levantam o interdito à crítica e à conexão com outras teorias.

Militantes lutam por posições nas instituições de maneira a colocá-las a serviço da realização de tarefas que cabem a partidos políticos. Gramsci, escritor-militante-dirigente político, propõe criar uma intelectualidade de novo tipo, surgida diretamente da massa e mantida em contacto com ela (através da militância); ele não se via como professor no sistema de educação, embora – evidentemente – todo campo de atividade seja potencialmente um campo de luta pela hegemonia e este em especial se encarrega de formar reprodutores de práticas e de idéias. Mas o militante, o dirigente político - esta parcela da intelectualidade - se forma de muitas maneiras e a luta junto com as massas é um de seus instrumentos maiores. Os meios de sua luta contra-hegemônica eram políticos. Sua proposta exige sua análise de sua obra teórica e política e a compreensão das suas categorias em contexto. Os caminhos da instrumentalização das instituições escolares e educacionais são outros porque a realidade vivida pelo professor militante, um ser altamente protegido salvo em casos de regimes excepcionais, é outra e seu grande problema é que as ciências não caminham sem liberdade de pensamento e de crítica.

A idéia de que as ciências sociais e a história devem, como as ciências da natureza, possuir leis que nos permitam prever e estabelecer profecias, fez carreira desde o século XIX porque encontrou um suposto “Träger” (portador) histórico, em cujo nome se organizaram forças sociais e se realizaram revoluções. A profecia realizada corroborou a veracidade das leis descobertas. No entanto, em um século e meio a história não parou. A legitimidade perdida pelas idéias que embasaram os regimes soviético, do leste europeu e, mais recentemente, da Ásia, atingiram duramente a DIAMAT. Talvez deva-se evitar o moralismo de lembrar as 20 milhões de vítimas da grande fome provocada pela desestruturação da produção após a Revolução ou as 50 milhões de pessoas que morreram por pertencer a minorias, por se recusarem a lutar em situações de morte certa (Krutschov, que denunciou Stálin e provocou um cataclisma nos meios comunistas mundo afora, mandou liquidar muitíssimos em Stalingrado) ou por pensarem diferente. É um preço demasiadamente elevado para que nos possamos permitir, como intelectuais, considerar que a profecia de fato se realizou, que a história e as ciências sociais devem ter caráter profético e defender uma interpretação “correta”, definitiva, fechada do mundo social e da história.

Por outro lado, o reino da objetividade nas ciências sociais (e, de certo modo, também nas ciências naturais) foi sendo cada vez mais pressionado pelo peso da subjetividade na determinação dos fenômenos: desde há muitas décadas a realidade social e a vida em geral exigem que a ciência se reconheça como objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. Caminhando contra a corrente “objetivista” as explicações que davam primado à subjetividade ou a fatores “menos” materiais que o modo de produção, foram

ganhando terreno na medida nos últimos 60 anos e, em especial nos cerca de 30 anos de purgação que vão de 1956 a 1989. Os homens, a vida e a história são demasiado complexos para que se possa explicar por um único fator (seja econômico, geográfico, étnico, religioso, “heróico”, institucional, cultural, guerreiro). As tramas e os dramas da vida individual e coletiva atravessam o tempo em velocidades diversas e se formam através de movimentos, eventos e acidentes que desembocam em realidades que não podem ser explicadas em duas nem em duas mil palavras. Concretamente, no texto de Braudel (1969: 23/24):

“são movimentos que não tem nem a mesma duração nem a mesma direção, alguns que se integram no tempo dos homens, este de nossa breve e fugitiva vida, outros no tempo das sociedades para as quais um dia, um ano não significam grande coisa e para as quais, muitas vezes, todo um século não dura senão um momento”

Para ser fiel a Marx, para quem a história é a única ciência, é preciso aceitar que esta é hoje mais “científica” que há 150 anos, que a produção intelectual é também histórica, que não existe nenhuma possibilidade de petrificar as verdades, em especial teorias inteiras. Dizer algo da sociedade e da história supõe conhecer, pesquisar a sociedade em questão, repensar com liberdade não apenas uma imensidão de dados disponíveis, mas uma considerável massa de teorias. Quanto mais para trás maior a tentação e a necessidade de explicar o todo. Os passos seguintes são esmiuçar cada parte, gerar novas especializações, confrontar-se com realidades que se complexificam enormemente na medida em que seus detalhes vêm à tona. Mas as prisões não estão sempre do lado de fora dos seres humanos:

“os quadros(enquadramentos) mentais são também prisões de longa duração...(que limitam) a aventura intelectual dos espíritos mais livres”
(Braudel, 1969:51-52)

Se tudo que escapa à linguagem ortodoxa e a seus objetivos não tem sentido, se a tarefa da intelectualidade não é a dúvida sistemática, a geração de hipóteses novas (que, mesmo rejeitadas podem fazer emergir verdades), a crítica, mas a repetição, não é preciso maior esforço. Voltemos a Braudel (1969: 55) que nos diz:

Felizes e ingênuos aqueles que pensam... que encontramos os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. Na verdade, as profissões das ciências sociais não cessam de se transformar em razão de seus movimentos próprios e do movimento vivo do conjunto.

Muitas das descobertas do marxismo a respeito do capitalismo, especialmente industrial, são hoje verdades banais que exigem complemento. Haverá maior glória para um cientista social que ver idéias por ele geradas se tornarem *verdades banais*? Diante do domínio “imenso e incerto” das ciências sociais, domínio também cada vez mais amplo, cada vez mais difícil, cada vez mais complicado, é preciso reconhecer que o homem que faz a história é também feito por ela, que ela recorta seus destinos e decide se eles cederão ou não à tentação da prisão tranqüila do espírito. Porque a liberdade significa certamente intranqüilidade, consciência infeliz que coloca em dúvida achados fantásticos que olha com admiração e a cujos autores reconhece o esforço, a inteligência, a lucidez no momento em que escreveu, mas que deve viver conscientemente a infelicidade da desaparecimento dos deuses.

Com liberdade talvez se possa permitir conciliar diferentes paradigmas, apesar de seus pressupostos axiológicos excludentes. Cada paradigma permitiria oferecer uma luz diferente sobre o objeto estudado e tratá-lo com uma boa distância, mas com um sentido agudo da história, visando a produção de teorias as mais generalizantes possíveis capazes de repousar sobre interpretações engajadas de ações, de processos modificáveis, de dinâmicas incertas. Não se trata de ecletismo, mas de “um *approach* pluralista na sociologia, capaz de produzir teorias a todos os níveis possíveis, do micro ao macro, e que ligam a pessoa, a comunidade, a organização, os grupos de trabalho, as gerações, a cultura...e produzir um saber útil à sociedade” (Becker, 2008: 98). Mas, sem se ater à a vulgata, estariam desqualificados *a priori* todos aqueles que possam pretender “descrever as experiências a partir de categorias englobantes como as classes sociais ou colocar em evidência as determinações sociais dos agentes, invertendo o ângulo de análise ao partir do indivíduo e de suas representações sem psicologizar excessivamente o trabalho de pesquisa. É vital que os sociólogos falem especialmente dos que se encontram na parte mais desfavorecida da escala social, de modo a permitir a pessoas dotadas de poucos recursos de se confrontar com o mercado de trabalho. No entanto, isto não é suficiente. É preciso uma reorientação de conjunto das análises sociológicas em direção às ações coletivas de modo a lhes permitir inverter o processo de individualização negativa numa personalização que repouse sobre uma relação aos outros de caráter emancipador” (Dubar, 2006).

O privilégio daqueles que puderam tornar-se intelectuais retorna à sociedade na medida em que eles podem pensar com liberdade. Não se pode exercer a função docente e de pesquisa sem dilacerar-se em dúvidas, sem sofrer com escolhas provisórias, sem errar; são condições para chegar a alguma verdade, a algo novo que – no mínimo – contribua para a acumulação de conhecimentos e para a discussão teórica. A luta por maior igualdade, por mais liberdade coletiva não pode ser um empecilho à liberdade de pensamento – ao contrário, é na medida em que reconhecemos os muitos fracassos políticos do século XX e as grandes mudanças que ocorreram em todos os planos da vida social contemporânea que ela se faz ainda mais importante para que se conheça melhor a realidade atual e se atue sobre ela. Com preconceitos e vulgatas não retribuiremos o que a sociedade nos tem oferecido nem seremos capazes de encontrar os caminhos para a construção de um socialismo com liberdade.

Bibliografia:

ALTVATER,

AMIN, S.

BECK, Ulrich. 1986. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Ffm, Suhrkamp.

BECKER, H. Comptes Rendues. *Sociologie du Travail*, juin, 2008, p. 97-98.

BELL, D.

- BOURDIEU, P. (2000) *Les structures sociales de l'économie*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, P./ WACQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira, ano 1, n. 4, ago. 2000
- BRAUDEL, F (1969) *Écrits sur l'histoire*. Paris, Flammarion.
- CASTEL, R. *Metamorfozes da questão social*
- COHEN, D. (2009). *La prospérité du vice – une introduction (inquiète) à l'économie* . Albin Michel, Paris.
- MOKYR, J. (2002) *The Gifts of Athena. Historical Origins of the Knowledge Economy*, Princeton Univ. Press.
- DUBAR, C. (2006) *Faire de La Sociologie*. Paris, Belin.
- GODELIER, M. *O modo de produção asiático*.
- FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscurecem a realidade. Texto apresentado no seminário realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), de 16 a 18 de setembro de 2009.
- FURET, F. (1995) *Le passé d'une Illusion*. Robert Laffont, Paris.
- GERSCHUNY, J (2000). *Changing times*. Oxford Univ. Press, Oxford.
- GORZ, A (1997). *Misères du présent: Richesse du possible*. Éditions Galilée, Paris.
- HABERMAS, J. A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*
- HAUCAP, J./WEY, C. (2000) Social Capital and Economic Development. In. ADJIBOLOSOO, S. *Shaping the Course of History and Development*. Lanham, Univ. Press of America. p. 21-42.
- HEITMEYER, Wilhelm/ Hagan, John (ed.). (2003) *International Handbuch of Violence Research*. Dordrecht. Kluwer Academic Publ. Vol. I e II.
- HORKHEIMER, M. *Traditionelle und kritische Theorie* publicado *Zeitschrift für Sozialforschung* em 1937.
- Nachtrag
- HISCHMANN, A. (1982) *Shifting Involvements. Private Interest and Public Action*. Princeton Univ. Press.
-
- LUCKÁČ S, G. *Geschichte und Klassenbewusstsein*.
- Ontologie
-
- MANDEL, E. (1972) *Der Spatkapitalismus*, Suhrkamp, Ffm.
- MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. Rohentwurf 1857-58 e Anhang 1850-57*. Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt/M.

MÉZAROS, I. *Para Além do Capital*. Campinas/SP, Boitempo, 2002.

OFFE, C. (1990), "Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: Contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional", *Educação e Sociedade*, n.º. 35: p. 9-59, Abril.(Texto original de 1972, tradução de Vanilda Paiva revista por César Paiva)

ORWELL, 1984

----- *A Fazenda dos Animais*

PAIVA, V./ Calheiros, V. (2001). Nova Era Capitalista e percursos identitários alternativos. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, nr. 9, 1º Semestre.

----- (1999) Nova relação entre educação, economia e sociedade. *Contemporaneidade e Educação*, ano IV, nr. 6, 2º Semestre.

----- (19..) Sobre o conceito de capital humano. Revista da Fundação Carlos Chagas.

PONCE, A. (1964) *Educação e luta de classes*.

ROSTOW, *As etapas do desenvolvimento econômico*.

SCHULTZ, T. (1973) *Capital humano*. R. de Janeiro, Zahar.

SCHULTZ, T. (1962) *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro, Zahar.

SCHUMPETER, Joseph. (1984), 1942 *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WALLERSTEIN, I. (2010), Commentary No. 274, Feb. 1. immanuel.wallerstein@yale.edu

WALLERSTEIN, I. (2010) The Current Conjuncture_ Short-run and Middle-run Projections « Seminário dez anos depois. FSM;

ZARIFIAN,

ZIMMER, M. Claude Dubar : « faire de la sociologie – un parcours d'enquêtes » ". *Journées doctorales du Lise*, Gif-sur-Yvette, mai 2008: 38-55.